

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2017

CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CEB Distribuição S.A.
Brasília - DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações Contábeis Intermediárias da CEB Distribuição S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações Contábeis Intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Ênfases

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta histórico de deficiência de capital de giro e alto índice de endividamento. Adicionalmente, em razão das características inerentes à sua atividade operacional e por exigência dos órgãos concedente e regulador, existe a necessidade de constantes investimentos para manutenção e desenvolvimento das suas atividades. Esses fatos indicam possível a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.2. As Demonstrações Contábeis Intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas Demonstrações Contábeis Intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as Demonstrações Contábeis Intermediárias tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro e de 30 de setembro de 2016, respectivamente, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e emitimos relatórios datados em 27 de março de 2017 e em 10 de novembro de 2016, respectivamente, com ênfase em decorrência da incerteza quanto ao desfecho do processo específico, à época em andamento, em relação aos valores de superávit do “baixa renda” registrados na CEB Distribuição S.A. Conforme mencionado na nota explicativa 26, em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017, que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente dos referidos valores em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631 mil, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

Brasília-DF, 08 de novembro de 2017.



Subestação – Taguatinga DF

Demonstrações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2017





CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
CNPJ: 07.522.669/0001-92
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

Conteúdo

BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS



CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
 CNPJ: 07.522.669/0001-92
 SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
 CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
 Telefone: (61) 3465-9300

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM:

Ativo	Nota	R\$mil		Passivo	Nota	R\$mil	
		30/09/2017	31/12/2016			30/09/2017	31/12/2016
Ativo circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	42.331	46.973	Fornecedores	14	409.418	232.682
Contas a Receber	5	513.535	508.682	Tributos e Contribuições Sociais	15	212.872	221.555
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	34.535	71.079	Contribuição de Iluminação Pública	16	102.438	127.397
Estoques		8.573	8.180	Empréstimos e Financiamentos	17	39.002	43.844
Ativo Financeiro Setorial	7	737.696	392.433	Debêntures	18	53.800	53.145
Bens destinados à venda	8	1.569	275.969	Benefícios com empregados		1.038	30.251
Outros Créditos	9	89.935	103.331	Provisões e Encargos sobre Folha de Pagamento	20	45.795	46.084
Total do Circulante		1.428.174	1.406.647	Consumidores		13.398	10.549
				Passivo Financeiro Setorial	21	519.301	285.271
				Encargos do Consumidor a Recolher	22	90.923	165.490
				Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	23	17.370	29.262
				Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	24	3.954	3.903
				Outras Obrigações		10.847	13.827
				Total do Circulante		1.520.156	1.263.260
Ativo Não Circulante				Passivo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo				Fornecedores		2.050	8.199
Aplicações Financeiras		6.414	6.414	Tributos e Contribuições Sociais	15	139.517	81.476
Contas a Receber	5	32.530	21.874	Contribuição de Iluminação Pública	16	52.141	79.880
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	6	7.383	8.545	Passivo Financeiro Setorial	21	27.172	11.820
Ativo Financeiro de Concessões	10	132.843	129.189	Debêntures	18	88.929	128.762
Cauções e Depósitos Vinculados		7.909	4.353	Empréstimos e Financiamentos	17	134.922	175.142
Outros Créditos	9	1.023	323	Benefícios a Empregados	19	248.308	59.101
				Superávit de Baixa Renda	26	73.223	140.322
				Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	24	67.375	57.685
Investimento	11	274.544	144	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	23	88.353	81.887
				Obrigações Vinculadas a Concessão		73.107	75.997
Imobilizado	12	72.176	80.419	Mutuos Controladas e Coligadas		-	4.491
				Outras Obrigações		11.078	16.046
Intangível	13	892.471	885.341	Total do Não Circulante		1.006.175	920.808
				Patrimônio Líquido			
				Capital Social Realizado	27	580.532	580.532
Total do Não Circulante		1.427.293	1.136.602	Recursos destinados ao aumento de capital		182.649	79.079
				Outros resultados abrangentes		(248.308)	(43.044)
				Prejuízos Acumulados		(185.737)	(257.386)
				Total do Patrimônio Líquido		329.136	359.181
Total do Ativo		2.855.467	2.543.249	Total do passivo e patrimônio líquido		2.855.467	2.543.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM:

	Nota	R\$mil		R\$mil	
		Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita Operacional Líquida	28	766.742	439.075	1.833.395	1.489.073
Custo do Serviço de Energia Elétrica		(641.001)	(429.136)	(1.529.152)	(1.377.443)
Custo Com Energia Elétrica	29	(565.496)	(365.642)	(1.334.781)	(1.208.012)
Custo de Operação	30	(75.505)	(63.494)	(194.371)	(169.431)
Custo dos Serviços prestados		(1.035)	(418)	(2.292)	(418)
Lucro Bruto		124.706	9.521	301.951	111.212
Despesas Operacionais	31	(69.326)	(44.739)	(199.766)	(129.865)
Despesas Com Vendas		(31.364)	(27.629)	(104.989)	(73.957)
Despesas Gerais e Administrativas		(36.659)	(40.314)	(124.676)	(122.181)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(1.303)	23.204	29.899	66.273
Resultado do Serviço		55.380	(35.218)	102.185	(18.653)
Resultado Financeiro	32	66.547	(4.348)	23.913	(22.367)
Receitas Financeiras		34.358	49.112	73.268	126.403
Despesas Financeiras		32.189	(53.460)	(49.355)	(148.770)
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes dos Tributos		121.927	(39.566)	126.098	(41.020)
Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(59.757)	23.119	(54.449)	38.592
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		14.953	(10.207)	(6.697)	(40.009)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		(74.710)	33.326	(47.752)	78.601
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período		62.170	(16.447)	71.649	(2.428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias



CEB DISTRIBUIÇÃO S/A
CNPJ: 07.522.669/0001-92
SIA Área de Serviços Públicos – Lote C – Bloco M
CEP: 71.215-902 - Brasília - DF
Telefone: (61) 3465-9300

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS
FINDOS EM:**

	R\$mil		R\$mil	
	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado Líquido do Período	62.170	(16.447)	71.649	(2.428)
Outros Resultados Abrangentes				
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefícios Definido	(65.418)	48.988	(205.264)	(3.595)
Resultado Abrangente Total	(3.248)	32.541	(133.615)	(6.023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

	R\$mil				
	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Lucros/prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	580.532	36.000	(284.643)	-	331.889
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	-	-	(2.428)	-	(2.428)
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefícios Definido	-	-	-	(10.265)	(10.265)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	25.850	-	-	25.850
Saldo em 30 de setembro de 2016	580.532	61.850	(287.071)	(10.265)	345.046
Saldo em 31 de dezembro de 2016	580.532	79.079	(257.386)	(43.044)	359.181
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	-	-	71.649	-	71.649
Ganho/(Perda) Atuarial dos Planos de Benefícios Definido	-	-	-	(205.264)	(205.264)
Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	103.570	-	-	103.570
Saldo em 30 de setembro de 2017	580.532	182.649	(185.737)	(248.308)	329.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) PARA OS PERÍODOS FINDOS EM:

	R\$mil	
	Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimento de consumidores	2.634.665	2.669.150
Rendimento das Aplicações	3.557	4.034
Juros Pagos - Serviço da Dívida	(41.613)	(49.512)
Juros Pagos - Mútuo	(172)	(741)
Fornecedores - Materiais e Serviços	(108.187)	(123.150)
Fornecedores - Energia Elétrica	(1.134.202)	(1.234.807)
Salários e encargos sociais	(262.890)	(209.594)
Impostos e contribuições	(589.385)	(680.905)
Contribuição de Iluminação Pública (CIP)	(207.002)	(154.504)
Encargos do consumidor	(264.593)	(217.769)
Outros encargos operacionais	(12.706)	(14.099)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.472	(11.897)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos financeiros da concessão, intangíveis e imobilizados	(39.434)	(32.532)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(39.434)	(32.532)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures	-	71.000
Serviço da dívida - principal	(86.031)	(56.343)
Custos de transação	(219)	236
Adiantamento para aumento de Capital	103.570	25.850
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	17.320	40.743
Aumento/Diminuição do Saldo Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.642)	(3.686)
Saldo de Caixa no Início do Período	46.973	36.877
Saldo de Caixa no Final do Período	42.331	33.191
Varição Líquida de Caixa	(4.642)	(3.686)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM:

	R\$mil		R\$mil	
	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas	1.115.185	673.283	2.875.137	2.497.972
Vendas e Serviços	1.054.816	620.098	2.798.578	2.432.018
Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.581)	(17.378)	(16.041)	(22.149)
Receita de Construção - Concessão	33.451	19.481	54.782	37.021
Outros Resultados Operacionais	31.499	51.082	37.818	51.082
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	659.764	339.186	1.508.934	1.282.223
Custo de Energia Elétrica	565.496	365.642	1.335.391	1.208.012
Custo de Construção - Concessão	33.451	19.481	54.782	37.021
Material	421	1.465	1.798	2.194
Serviço de Terceiros	27.613	34.883	96.978	100.359
Provisões/Reversões (Exceto PECLD)	1.841	2.853	(22.166)	(25.764)
Outros	30.942	(85.138)	42.151	(39.599)
(=) Valor Adicionado Bruto	455.421	334.097	1.366.203	1.215.749
(-) Retenções (Depreciação e Amortização)	11.318	9.878	33.437	28.885
(=) Valor Adicionado Líquido	444.103	324.219	1.332.766	1.186.864
(+) Valor Adicionado Recebido em Transferência	36.240	53.389	75.152	129.609
Receitas Financeiras	36.240	53.389	75.152	129.609
(=) Valor Adicionado Total a Distribuir	480.343	377.608	1.407.918	1.316.473
Distribuição do Valor Adicionado	480.343	377.608	1.407.918	1.316.473
Pessoal, Administradores e Encargos	25.896	53.476	155.268	149.723
Remunerações	28.988	24.303	87.206	77.892
Encargos Sociais (Exceto INSS)	7.962	4.339	21.421	14.672
Entidade de Previdência Privada	2.018	1.998	6.177	5.497
Benefícios	(13.471)	12.324	21.029	22.060
Convênio Assistencial	399	10.512	19.435	29.602
Impostos e Contribuições	328.317	215.200	833.971	731.326
Federal	169.032	56.169	341.206	223.673
Estadual e Municipal	159.285	159.031	492.765	507.653
Obrigações Intrassetoriais	74.032	68.036	297.675	289.082
Remuneração de Capitais de Terceiros	(10.072)	57.343	49.355	148.770
Despesas Financeiras	(10.072)	57.343	49.355	148.770
Remuneração de Capitais Próprios	62.170	(16.447)	71.649	(2.428)
Lucro (prejuízo) Líquido do Período	62.170	(16.447)	71.649	(2.428)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objetivo social e informações gerais sobre a Companhia e a concessão

A CEB Distribuição S.A. (“Companhia”, “Distribuidora” ou “CEB D”) é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ nº 07.522.669/0001-92, organizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710/2001, de 24 de maio de 2001, e constituída em 20 de junho de 2005, através do processo de segregação das atividades da Companhia Energética de Brasília – CEB, com o objetivo principal de distribuir e comercializar energia elétrica. Sua sede administrativa está localizada no endereço SIA - Área de Serviços Públicos - Lote C – Brasília / DF. Demais informações da Companhia podem ser obtidas pelo endereço eletrônico [<http://www.ceb.com.br/>].

Em 09 de dezembro de 2015, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, em que prorrogou a Concessão dos Serviços Públicos de Energia Elétrica da Companhia para 7 de julho de 2045.

A prorrogação da Concessão refletiu a avaliação positiva do Poder Concedente com relação às ações da Administração da CEB D, as quais consistem na busca da eficiência operacional e financeira, com retorno compatível aos investimentos realizados e em curso, bem como a eficiência técnica no atendimento aos consumidores do Distrito Federal.

Por esse instrumento, a data do Reajuste Tarifário anual da CEB D foi alterada de 26 de agosto para 22 de outubro, e a Revisão Tarifária Ordinária passou a ocorrer com intervalo quinquenal.

O quarto aditivo ao contrato de concessão estabeleceu várias outras obrigações formais e materiais, além de critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais a Companhia será avaliada e que atuam como condicionantes para a manutenção da titularidade da concessão.

1.2 Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

A CEB D possui um elevado grau de endividamento, motivado principalmente pela captação de recursos de terceiros na busca pelo crescimento sustentável de suas atividades, conforme demonstrado no quadro seguinte:

	2014	2015	2016	09/2017
Empréstimos & Financiamentos	306.065	282.828	224.926	173.924
Debêntures	-	129.139	181.812	142.729
Parcelamentos	49.200	188.900	309.000	139.918
(-) Caixa e Disponibilidades	30.800	36.800	46.973	42.331
Dívida Líquida	324.465	564.067	668.765	414.240
Varição Acumulada		74%	19%	-38%
Passivo Total	2.139.152	2.735.962	2.543.249	2.855.467
Índice Endividamento	15%	21%	26%	15%

Para combater essa fragilidade financeira, a Administração desenvolveu ao longo dos últimos dois exercícios, um plano de trabalho que envolvia três fases: ajustes pontuais; ajustes estruturais; e reorganização societária.

Os ajustes pontuais e estruturais foram executados em 2015 e 2016, o que promoveram a redução da estrutura organizacional, bem como a otimização de atividades meio e finalísticas. Esses ajustes geraram diminuição dos custos e despesas com pessoal, serviços de terceiros e outras rubricas, assim como propiciaram uma evolução positiva nas condições necessárias para garantir a continuidade operacional da Companhia.

A fase da reorganização societária, por sua vez, está prevista para o exercício de 2018, que consiste na alienação de ativos de geração de energia elétrica e de distribuição de gás da controladora CEB, já autorizada na forma da Lei nº 5.577/2015.

Os referidos recursos serão aportados na CEB D e contribuirão substancialmente para a redução do endividamento a níveis compatíveis com o mercado e as metas fixadas no quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis intermediárias foram elaboradas e preparadas para o período findo em 30 de setembro de 2017 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS - *International Financial Reporting Standards*, em conformidade ao IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34, e ao Pronunciamento Técnico nº 21(R1), emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis Anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas IFRS.

A CEB D avaliou os eventos subsequentes até 8 de novembro de 2017, que é a data de autorização para a emissão das demonstrações contábeis intermediárias pela Diretoria Colegiada da Companhia.

2.2. Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis anuais e as Informações Financeiras Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e as Demonstrações Contábeis Intermediárias para os períodos de três e nove meses, findos em 30 de setembro de 2017.

A Companhia entende que as variações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias, em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM:

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/09/2017	31/12/2016	
1	1	Contexto Operacional e Informações Gerais
2	2	Apresentação das Demonstrações Financeiras
-	3	Sumário das principais práticas contábeis
-	4	Reapresentação e reclassificações nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2015
3	5	Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de riscos
4	6	Caixa e equivalentes de caixa
5	7	Contas a receber
6	8	Tributos e contribuições sociais compensáveis
-	9	Estoques
7 e 21	10	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais
9	11	Outros créditos
8	12	Bens Destinados à Venda
10	13	Ativo financeiro da Concessão
-	14	Cauções e depósitos vinculados
11	15	Propriedade para investimento
12	16	Imobilizado
13	17	Intangível
14	18	Fornecedores
15	19	Tributos e contribuições sociais
16	20	Contribuição de iluminação pública - CIP
17	21	Empréstimos e financiamentos
18	22	Debêntures
19	23	Benefícios a empregados
20	24	Provisões e encargos sobre folha de pagamento
22	25	Encargos do Consumidor a recolher
23	26	Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE)
24	27	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios
25	-	Contingências
-	28	Outras obrigações
26	29	Superávit de baixa renda
-	30	Mútuos - Controladas e Coligadas
-	31	Obrigações vinculadas a Concessão
27	32	Patrimônio Líquido
33	33	Transações com partes relacionadas
34	34	Seguros
28 a 32	35	Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados
35		Conciliação do fluxo de caixa com o lucro líquido

2.3. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens relevantes, reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativo financeiro indenizável é mensurado pelo valor justo (Nota Explicativa nº. 10).

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

3.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional da Companhia que não opera com derivativos.

3.2. Valor justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados inicialmente pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados como a melhor estimativa para apuração do valor justo destes instrumentos financeiros detidos pela Companhia.

3.3. Gerenciamento de riscos

O Gerenciamento de Riscos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 5 das Demonstrações Contábeis Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Não houve alterações relevantes dos riscos nem dos controles existentes durante o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Numerário Disponível	25.284	30.980
Aplicações Financeiras	17.047	15.993
Total	42.331	46.973

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras está entre 95% a 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a receber

5.1. Composição e classificação por idade de vencimento

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	30/09/17	31/12/16
Residencial	74.756	87.213	28.555	9.657	200.181	175.967
Industrial	5.251	2.980	894	3.850	12.975	10.807
Comércio, Serviços e Outros	48.304	31.464	7.783	21.756	109.307	112.803
Rural	5.365	3.654	1.099	385	10.503	8.095
Poder Público	14.072	9.367	4.052	32.218	59.709	74.728
Iluminação Pública	12.987	14.151	-	24.640	51.778	49.832
Serviço Público	10.196	118	-	-	10.314	12.532
Subtotal Consumidores	170.931	148.947	42.383	92.506	454.767	444.764
Serviço Taxado					1.596	1.444
Concessionárias e Permissionárias					867	997
Serviços Prestados a Terceiros					11.892	9.633
Contribuição do Consumidor					3.848	6.711
Fornecimento Não Faturado					120.869	130.792
Parcelamentos a Faturar CP e LP					30.890	27.667
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE					52.571	19.242
Arrecadação a Classificar					(15.061)	(10.416)
Outros					3.961	3.633
Total a Receber Bruto	170.931	148.947	42.383	92.506	666.200	634.467
Perda Estimada Com Crédito de Liquidação Duvidosa					(120.135)	(103.911)
Total a Receber Líquido	170.931	148.947	42.383	92.506	546.065	530.556
Circulante					513.535	508.682
Não Circulante					32.530	21.874

5.2. Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

i. Composição da PECLD

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos.

Segue a composição das faixas de atraso sujeitas à PECLD:

	30/09/2017	31/12/2016
Residencial - Vencidos há mais de 90 dias	38.239	26.420
Industrial - Vencidos há mais de 360 dias	2.944	1.133
Comercial - Vencidos há mais de 180 dias	21.756	20.125
Rural - Vencidos há mais de 360 dias	338	288
Poder Público - Vencidos há mais de 360 dias	32.218	31.297
Iluminação Pública - Vencidos há mais de 360 dias	24.640	24.640
Serviço Público – Vencidos há mais de 360 dias	-	8
Total	120.135	103.911

ii. Movimentação da PECLD

A movimentação está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	103.911
Adições	78.571
Reversões	(62.347)
Saldo em 30 de setembro de 2017	120.135

iii. Créditos com o Governo do Distrito Federal

Apresentamos a seguir a composição dos créditos com o Governo do Distrito Federal - GDF por idade de vencimento:

	30/09/2017	31/12/2016
Saldos Vincendos	29.544	35.036
Vencidos até 90 dias	21.295	25.744
Vencidos de 91 a 360 dias	7.822	18.320
Vencidos há mais de 360 dias	50.273	51.342
Total a Receber Bruto	108.934	130.442
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	(50.273)	(51.342)
Total a Receber Líquido	58.661	79.100

6. Tributos e contribuições sociais compensáveis

	30/09/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	21.111	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	8.536	739
Crédito Decisão Judicial (a)	-	65.173
ICMS/ISSQN a Compensar	11.152	11.023
Outros Créditos Compensáveis	1.119	2.689
Total	41.918	79.624
Circulante	34.535	71.079
Não Circulante	7.383	8.545

- a) Créditos por Decisão Judicial, transitado em julgado, relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. Esses créditos foram totalmente aproveitados até o 1º trimestre de 2017 para pagamento de tributos federais.

7. Ativo Financeiro Setorial

	31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	30/09/2017
Ativos Financeiros Setoriais (CVA)	228.901	102.219	(170.280)	16.777	177.617
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	185.732	103.614	(144.515)	14.967	159.798
Energia Adquirida - PROINFA	10.934	642	(9.303)	572	2.845
Transporte Rede Básica	4.527	5.247	(2.240)	395	7.929
Transporte de Energia - Itaipu	1.205	3.244	(790)	204	3.863
Conta Desenv. Energético - CDE	26.503	(10.528)	(13.432)	639	3.182
Demais Ativos Financeiros Setoriais	163.532	520.412	(138.249)	14.384	560.079
Neutralidade da Parcela A	7.092	43.167	(6.219)	1.890	45.930
Sobrecontratação de Energia	25.161	(13.425)	(18.574)	12.959	6.121
Diferimento de Reposição na RTP	109.557	-	(96.058)	(1.223)	12.276
Implantação MCSPSE	13.877	-	(12.167)	(155)	1.555
Angra	-	24.977	-	906	25.883
Risco Hidrológico	-	114.037	-	-	114.037
Financeiros Mercado Curto Prazo	-	69.175	-	-	69.175
Competência	2.598	282.422	-	-	285.020
Outros	5.247	59	(5.231)	7	82
Total Ativos Financeiros Setoriais	392.433	622.631	(308.529)	31.161	737.696

Os Ativos Financeiros Setoriais se referem aos efeitos positivos (constituição e atualização) e negativos (amortizações) da variação entre os reajustes tarifários anuais e parte dos itens de custos não gerenciáveis da Companhia.

As constituições, atualizações e amortizações acumuladas até 30 de setembro de 2017 estão de acordo com os valores dos Ativos Financeiros Setoriais definidos pela ANEEL, na ocasião do Reajuste Tarifária Periódica.

8. Bens destinados à Venda

Imóveis	Localidade	Tamanho	30/09/2017	31/12/2016
Terreno	QI 10 lotes 25 a 38/DF	10.500m ²	897	897
Terreno	Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF	284.160 m ²	-	274.400
Edificações	Edificações da QI 10 lotes 25 a 38/DF	1.040 m ²	672	672
Total			1.569	275.969

O valor referente ao Terreno do Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF foi reclassificado para Propriedades para Investimento (Nota explicativa 11) no 2º trimestre de 2017, em função da descaracterização como Bens Destinados à Venda, conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC nº 31, haja vista a ausência de venda provável no período de 2017, uma vez que a licitação não apresentou proponentes interessados.

9. Outros créditos

Segue a composição de Outros Créditos para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	30/09/2017	31/12/2016
Despesas pagas Antecipadamente	9.189	4.194
Créditos a empregados	7.780	6.404
Fundação de Previdência – FACEB (a)	30.275	2.158
Serviços em Curso	16.254	24.503
Desativações em Curso	8.082	8.978
Aporte CDE - Decreto 7.945/2013 (b)	11.384	50.953
Pessoal Cedido	1.595	1.786
Outros	6.399	4.678
Total	90.958	103.654
Circulante	89.935	103.331
Não circulante	1.023	323

- a) Para operacionalização dos novos planos de saúde, conforme Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi necessário aporte prévio da Companhia, com o objetivo de atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS; e
- b) Refere-se à Diferença Mensal de Receita – DMR, no âmbito da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE às unidades consumidoras da subclasse residencial baixa renda; e à subvenção da CDE para custear descontos tarifários. Adicionalmente, no 3º trimestre de 2017 foi estabelecido um acordo entre a CCEE e a CEB D, que permitiu a compensação das obrigações de mesma natureza, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 22.

10. Ativo financeiro de concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	129.189
Adições	273
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão ao Valor Novo de Reposição (VNR)	3.381
Saldo em 30 de junho de 2017	132.843

Não houve indícios de perda ao valor recuperável desses ativos até o encerramento destas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

11. Propriedade para investimento

Imóveis	Localidade	Tamanho	Valor Contábil		Valor Justo	Data da Avaliação
			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	
Terreno	SRIA QE Lote M - Guará	1.200 m ²	20	20	2.127	set/17
Terreno	Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF	284.160 m ²	274.400	-	282.546	set/17
Terreno	SHS, Quadra Interna 13, Lote "G" - Lago Sul	1.600 m ²	124	124	1.994	set/17
Total			274.544	144	286.667	

Os valores justos dos bens foram obtidos através de laudos emitidos por firmas especializadas. A Companhia entende que estes valores estão em conformidade com as expectativas de mercado.

O terreno localizado no Setor Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF integra o rol de garantias oferecidas na 1^o e 2^o emissão de debêntures.

12. Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado estão demonstrados conforme a seguir:

	Taxa de depreciação	31/12/16	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depreciação	30/09/17
Imobilizado em serviço							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2,0 a 4%	5.313	207	-	-	(167)	5.353
Máquinas e Equipamentos	3,3 a 6,7%	5.888	542	(226)	-	(807)	5.397
Veículos	20%	10.933	-	-	-	(2.027)	8.906
Móveis e Utensílios	10%	4.388	-	-	-	(361)	4.027
Imobilizado em curso							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		205	2	-	(207)	-	-
Máquinas e Equipamentos		246	300	-	(542)	-	4
Transformação, Fabricação e Reparos de Material		3.965	2.241	-	(1.877)	-	4.329
Material em Depósito		47.329	15.869	-	(21.256)	-	41.942
Adiantamento a Fornecedor		568	-	-	(568)	-	-
Outros		1.584	634	-	-	-	2.218
Total		80.419	19.046	(226)	(23.701)	(3.362)	72.176

13. Intangível

	31/12/2016	Adições	Transferências	Amortização	30/09/2017
Intangível em serviço					
Direito de uso da concessão	710.901	15.712	-	(27.062)	699.551
Outros intangíveis	43.110	-	-	(5.945)	37.165
Intangível em curso					
Direito de uso da concessão	131.330	40.410	(15.985)	-	155.755
Total	885.341	56.122	(15.985)	(33.007)	892.471

14. Fornecedores

A rubrica Suprimento de Energia é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

	30/09/2017	31/12/2016
Suprimento de Energia Elétrica	364.399	183.917
Encargos de Uso de Rede Elétrica	15.739	11.780
Materiais e Serviços	31.330	45.184
Total	411.468	240.881
Circulante	409.418	232.682
Não Circulante	2.050	8.199

14.1. Parcelamento CEB Lajeado

Em dezembro de 2016 a Companhia assinou contrato de parcelamento de dívida com a empresa CEB Lajeado S/A, em 24 parcelas, referente às faturas de energia elétrica pendentes de pagamento, atualizadas até 31 de dezembro de 2016, pelo valor de R\$ 16.356, com incidência de juros de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGP-M.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo devedor do parcelamento totalizou R\$ 10.223 mil.

15. Tributos e contribuições sociais

	30/09/2017	31/12/2016
ICMS	178.538	180.237
ISS	411	588
IRPJ Diferido	87.719	52.608
IRPJ Corrente	4.904	11.383
Retenções IRRF/CSLL/PIS/COFINS	1.503	1.195
COFINS	3.597	15.416
COFINS Diferida	16.598	8.144
PIS	771	3.337
PIS Diferido	3.604	1.768
CSLL Diferida	31.596	18.956
CSLL corrente	1.793	3.703
INSS	2.994	4.143
Parcelamento de impostos	3.500	-
Outros	14.861	1.553
Total	352.389	303.031
Circulante	212.872	221.555
Não Circulante	139.517	81.476

15.1. Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

	30/09/2017		30/09/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	126.098	126.098	(41.020)	(41.020)
Adições (exclusões) permanentes	12.994	12.994	209.076	209.076
Adições (exclusões) temporárias	(110.638)	(110.638)	946	946
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	28.454	28.454	169.002	169.002
(-) Compensação Prejuízo Fiscal	(8.536)	(8.536)	(50.701)	(50.701)
Base de Cálculo	19.918	19.918	118.301	118.301
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	4.979	1.793	(29.361)	(10.647)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35.112	12.640	67.007	11.594
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	40.091	14.433	37.646	947

15.2. Ativos e passivos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não registrou os efeitos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, até que os resultados da Companhia resultem na apuração de lucro tributável sustentável, conforme determinado pela legislação. Segue abaixo o demonstrativo dos créditos não ativados em 30 de setembro de 2017:

	30/09/2017	31/12/2016
Provisões Para Riscos Regulatórios	20.061	18.309
Provisões Para Riscos Cíveis	46	222
Provisões Para Riscos Trabalhistas	1.572	1.372
Provisão Para Participação nos Resultados	-	2.895
Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa	41.169	35.716
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	114.418	117.863
Provisão Plano Assistencial	(8.373)	1.408
Provisão Energia Comprada	41.620	17.919
Outras Provisões	10.150	5.277
Total	220.663	200.981

16. Contribuição de Iluminação Pública - CIP

Demonstramos a seguir a movimentação para o passivo total relativa à Contribuição de Iluminação Pública ocorrida no período:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	207.277
Faturamento Arrecadado	117.817
Faturado e Não Arrecadado	33.643
Atualização Monetária	2.844
Repasses ao Governo do Distrito Federal	(207.002)
Saldo em 30 de setembro de 2017	154.579
Circulante	102.438
Não Circulante	52.141

Em 23 de dezembro de 2014 foi publicada a Lei nº. 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à Companhia, preparatórias à renovação do Contrato de Concessão de distribuição de energia. Dentre as medidas adotadas foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014.

O valor do parcelamento foi de R\$ 161.875, com vencimento no 15º dia útil de cada mês. Segue movimentação no período:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	118.222
Amortização no Período	(24.281)
Atualização no Período	(4.753)
Atualização Paga no Período	1.837
Saldo em 30 de setembro de 2017	91.025
Circulante	38.884
Não Circulante	52.141

17. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos	30/09/2017	31/12/2016	Encargos
ELETROBRÁS	536	839	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. de Adm. + variação da UFIR/IGP-M
Banco do Brasil S.A.(FCO I a IV)	28.924	39.971	Juros de 10% a.a. atualizacão pela TJLP e Bonus de Adimplencia de 15%
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	2.254	3.005	Juros de 4,5% a.m.
Banco do Brasil S.A. (Capital de Giro)	-	15	CDI + juros de 1,7% a.a.
Caixa Econômica Federal	70.587	88.207	140% do CDI cetip (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	32.359	35.959	6% a.a. + TJLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	12.186	13.204	5% a.a. + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	18.018	22.763	5% a.a. + TJLP
Banco Daycoval	868	5.185	0,5% a.m. + CDI cetip
Banco BCV	8.795	10.712	6,5% a.a. + CDI cetip
Custo de Transação	(603)	(874)	
Total	173.924	218.986	
Circulante	39.002	43.844	
Não Circulante	134.922	175.142	

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	218.986
Encargos Incorridos no Período	22.481
Encargos Financeiros Pagos	(19.761)
Amortizações de Principal	(47.547)
(-) Custo de Transação	271
Variação Monetária	(506)
Saldo em 30 de setembro de 2017	173.924

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas “covenants” não financeiros de vencimento antecipado.

Em 30 de setembro 2017, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes, detalhadas na Nota Explicativa nº 21, do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram cumpridas pela Companhia.

17.1. Composição dos empréstimos e sua respectiva amortização

Empréstimos	2017	2018	2019	2020+	Total
ELETOBRÁS	43	174	147	172	536
Banco do Brasil S.A.(FCO I a IV)	5.234	11.935	5.330	6.425	28.924
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	250	1.002	1.002	-	2.254
Caixa Econômica Federal	5.747	22.989	22.989	18.862	70.587
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.170	4.678	4.678	21.833	32.359
Caixa Econômica Federal/BNDES	765	3.059	3.059	5.304	12.187
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.427	5.710	5.710	5.172	18.019
Banco Daycoval	868	-	-	-	868
Banco BCV	1.305	5.436	2.052	-	8.793
Total	16.809	54.983	44.967	57.768	174.527
(-) Custo de Transação					(603)
Total Líquido					173.924

A CEB Distribuição S.A. firmou o contrato de financiamento com o agente financeiro Caixa Econômica Federal (CEF), em 2014, por meio de repasse de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), objetivando investimentos realizados em novas instalações e melhorias na rede de distribuição da Controlada, em vistas de projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014. A liberação dos recursos ocorreu no mês de setembro de 2014.

O contrato conta com garantias de recebíveis da Companhia, com o Distrito Federal como Interviente/Garantidor e o Banco de Brasília S/A (BRB), como Interviente Anuente. O valor foi dividido no Subcrédito A, de R\$ 33.578, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à TJLP; no Subcrédito B, com valor de R\$ 14.391, destinados à execução de obras civis, com taxa de juros indexada à UMBNDES (variação cambial das diversas moedas contidas na Cesta de Moedas do BNDES); e, ainda, no Subcrédito C, no valor de R\$ 45.456, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, com taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), totalizando R\$ 93.425.

O referido financiamento tem carência de vinte quatro meses e pagamento mensal dos juros.

18. DEBÊNTURES

	30/09/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	53.935	89.856	143.791	51.440	130.152	181.592
Encargos	297	-	297	2.137	-	2.137
Custo de transação	(432)	(927)	(1.359)	(432)	(1.390)	(1.822)
Saldo Final	53.800	88.929	142.729	53.145	128.762	181.907

A movimentação das Debêntures é demonstrada no quadro seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.907
Encargos Incorridos	20.013
Custo de Transação	463
Encargos Pagos	(21.852)
Amortização Principal	(38.068)
Deságio	266
Saldo em 30 de setembro de 2017	142.729
Circulante	53.800
Não Circulante	88.929

O saldo de Debêntures, desconsiderando as atualizações monetárias, tem seus vencimentos assim programados:

	2017	2018	2019	2020	Total
Debêntures	21.666	63.252	42.310	15.501	142.729

Condições restritivas:

O Banco *Credit Suisse* possui cláusula de exclusividade para conduzir qualquer operação de emissão de novas debêntures a ser realizada pela Companhia durante a vigência do contrato.

19. Benefícios a empregados

19.1. Planos de benefícios

A Companhia é patrocinadora da FACEB – Fundação de Previdência dos Empregados da CEB, que tem por objetivo suplementar os benefícios assegurados pela Previdência Social aos empregados da CEB D e aos seus dependentes, bem como é operadora de Plano de Saúde, conforme apresentado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação
Plano Complementar de Benefícios Previdenciais	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
Plano CEB Saúde Vida	Assistência médica	Contributivo
Plano FACEB Saúde Vida	Assistência médica	Contributivo
Plano FACEB Família	Assistência médica	Contributivo

19.2. Premissas atuariais

	Plano Complementar	
	30/09/2017	31/12/2016
Financeira		
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	4,94%	5,91%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	4,82%	4,82%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do Plano	4,82%	4,82%
Taxa anual da Inflação futura	4,82%	4,82%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do Plano	10,00%	11,01%
Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 masculina	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 masculina	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	Não usada	Não usada
Idade de aposentadoria	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano

19.3. Plano Assistencial e Previdenciário

As movimentações do valor presente da obrigação e dos ativos dos planos com Benefício Definido - BD são:

Descrição	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
Valor Justo dos Ativos dos Planos		
Valor justo dos ativos do Plano em 31/12/2016	1.308.558	-
Retorno esperado dos ativos do plano	105.102	-
Ganhos/(Perdas) atuariais	(54.554)	-
Contribuições do empregador	22.654	-
Contribuições do participante do Plano	3.925	-
Benefícios pagos pelo plano	(61.763)	-
Valor justo dos ativos do Plano em 30/09/2017	1.323.922	-
Valor presente das Obrigações atuariais		
Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2016	(1.388.134)	(9.776)
Custo do serviço corrente	(9.023)	-
Custo dos juros	(115.189)	-
Ganhos/(Perdas) atuariais	(121.647)	9.776
Benefícios pagos pelo plano	61.763	-
Valor presente da obrigação atuarial em 30/09/2017	(1.572.230)	-
(Déficit)/Superávit atuarial 31/12/2016 (Reapresentado)	(79.576)	(9.776)
(Déficit)/Superávit atuarial 30/09/2017	(248.308)	-

A movimentação do ativo e do passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2016	(79.575)	(9.776)
Contribuições aportadas no plano	22.654	-
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(176.200)	9.776
Despesas do exercício	(15.187)	-
(Passivo)/Ativo reconhecido em 30 de setembro de 2017	(248.308)	-

Plano Previdenciário

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciários se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, apresentando em setembro de 2017 um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em junho de 2017, se deve à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou um aumento da obrigação atuarial de R\$ 111.055, que representa 7,06% da referida obrigação atuarial em 30 de setembro de 2017.

Plano Assistencial

Tendo em vista a inconstitucionalidade do Plano Assistencial, através da ADI nº 2014002032055-2, desde abril de 2017 não existe provisão de benefícios pós-emprego relativo a este plano. Tendo em vista que a Companhia não possui mais responsabilidade sobre benefícios mantidos para aposentados e pensionistas.

Dessa forma, a Administração estruturou novos Planos de Saúde contributivos, com coparticipação para todos os empregados ativos, conforme negociado no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016-2017, bem como planos para os aposentados, pensionistas e dependentes, nos termos da Lei 9.686/1998.

20. Provisões e encargos sobre folha de pagamento

	30/09/2017	31/12/2016
13º Salário	6.248	-
Férias	12.092	12.349
Provisão - FACEB s/ Férias	535	-
Abono Assiduidade	4.459	5.005
Provisão INSS	13.130	9.041
Provisão de FGTS sobre Férias e 13º Salário	6.061	4.252
Plano Assistencial	1.276	4.212
Obrigações Sociais e Trabalhistas	246	1.139
Empregados	1.740	10.082
Outros	8	4
Total	45.795	46.084

21. Passivo Financeiro Setorial

	31/12/2016	Constituição	Amortização	Atualização	30/09/2017
Passivos Financeiros Setoriais (CVA)	131.111	115.279	(61.917)	9.764	194.237
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	59.742	4.420	(50.829)	3.127	16.460
Energia Adquirida - PROINFA	443	3.135	(12)	261	3.827
Encargo Serviço Sistema - ESS	32.991	74.790	(11.076)	4.931	101.636
Conta Desenv Energético - CDE	37.935	32.934	-	1.445	72.314
Demais Passivos Financeiros Setoriais	165.980	241.200	(77.781)	22.837	352.236
Sobrecontratação de Energia (a)	65.235	25.905	-	5.631	96.771
Exposição Submercados	-	364	-	-	364
Devoluções Tarifárias UD/ER	11.820	13.944	-	1.408	27.172
Reversão Financeiro Postergação	21.287	-	(18.664)	(238)	2.385
Baixa Renda	-	8.400	-	16.008	24.408
Reversão Financeira MCP	-	69.175	-	-	69.175
Risco Hidrológico	-	114.037	-	-	114.037
Outros	67.638	9.375	(59.117)	28	17.924
Total Passivos Financeiros Setoriais	297.091	356.479	(139.698)	32.601	546.473
Circulante	285.271				519.301
Não Circulante	11.820				27.172

- a) O arrefecimento da atividade econômica ocorrido nos últimos anos e os aumentos dos custos de energia causados pela crise hidrológica ensejou a aplicação das bandeiras tarifárias, ocasionando uma queda do consumo de energia elétrica e produzindo um excedente na energia contratada superior ao limite regulatório de 5%. Adicionalmente, o crescimento da migração de consumidores cativos para o Ambiente de Contratação Livre – ACL, bem como a evolução da implantação da Geração Distribuída nas unidades consumidoras na área de concessão da CEB D, também contribuíram para o incremento da sobra de energia. Tal sobra, até setembro de 2017, alcançou 25,8% em relação ao total de energia contratada que, após o desconto do limite regulatório (5% do mercado verificado), resultou no excedente de 1.054 GWh, representando 20,8% da energia contratada pela Distribuidora. Considerando as ações gerenciais implementadas em 2017, incluindo as declarações de Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD, a expectativa da CEB D é que o nível de sobrecontratação de energia retorne ao patamar regulatório no final do exercício. Registre-se ainda, que no 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, ocorrido em 2016, o Órgão Regulador considerou toda sobrecontratação no cálculo das tarifas. A parcela correspondente ao excedente de 5%, no montante de R\$ 65,2 milhões, foi provisionada como Passivo Financeiro – Sobrecontratação, em função das incertezas sobre o acolhimento pela ANEEL da alegação de involuntariedade da Distribuidora quando ao excedente verificado. Aquele passivo foi atualizado e mantido contabilmente, uma vez que, não houve deliberação por parte da Agência sobre a mencionada involuntariedade desse valor no Reajuste Tarifário Anual – RTA de 2017

22. Encargos do Consumidor a Recolher

	30/09/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	45.633	130.496
Taxa Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica	356	672
Demais Encargos Setoriais	44.934	34.322
Total	90.923	165.490

- a) Em 2016, a CEB D e as Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS celebraram o Contrato ECF nº 3.298/2016, cujo objeto foi a repactuação de dívida com Fundo Setorial da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, reconhecendo o parcelamento de débitos no montante de R\$ 114.394. No entanto, atendendo ao previsto na Cláusula Décima Quinta do respectivo Contrato, a Eletrobrás, juntamente com a CEB D, iniciou o processo para compensação deste débito com os créditos obtidos pela Distribuidora no montante de R\$ 79.636, registrados no grupo de Demais Créditos, relativos aos Descontos Tarifários, previstos na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.161/2016 e aos relativos à Diferença Mensal de Receita – DMR, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 472/2012.

Após a respectiva compensação, o saldo remanescente da obrigação foi dividido em 4 parcelas, atualizadas mensalmente pela Taxa Selic, devendo ser quitado até dezembro de 2017. Em 30 de setembro de 2017, o saldo devedor é de R\$ 38.672.

O saldo remanescente de R\$ 6.961 está em conformidade ao Despacho nº 1576/2016, de 14 de junho de 2016 da ANEEL, relativo à dedução das cotas mensais da CDE das entidades vinculadas à ABRACE e ANACE, fixadas pela Agência, conforme metodologia definida na Nota Técnica nº 174/2016- SGT/ANEEL.

A movimentação contábil da compensação efetuada está descrita conforme quadro seguinte:

Saldo 31 de dezembro de 2016	130.496
Ajuste Financeiro do Encontro de Contas	126
Ativo Compensado	(79.636)
Pagamentos realizados	(12.314)
CDE	6.961
Saldo em 30 de setembro de 2017	45.633

23. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE)

	30/09/2017	31/12/2016
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	36.036	30.592
Programa de Eficiência Energética (PEE)	67.420	78.787
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	783	320
Programa Nacional de Conserv. de Energia Elétrica (PROCEL)	1.093	1.290
Ministério de Minas e Energia (MME)	391	160
Total	105.723	111.149
Circulante	17.370	29.262
Não Circulante	88.353	81.887

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no Passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do Período de 2017 a 2021 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

24. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e regulatórios

	31/12/2016	Constituição	Baixa/Reversão	Atualização	30/09/2017
Trabalhistas	4.276	1.605	(1.219)	454	5.116
Cíveis	3.448	1.264	(1.605)	(134)	2.973
Regulatórias (a)	53.864	6.504	(1.350)	4.222	63.240
Total	61.588	9.373	(4.174)	4.542	71.329
Circulante	3.903				3.954
Não Circulante	57.685				67.375

- b) A Companhia está discutindo, nas esferas administrativa e judicial, autuações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias. As principais provisões regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como, extrapolação dos limites de DEC/FEC, obrigações acessórias, contábeis e financeiras, assim como procedimentos da atividade comercial.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

25. Contingências

25.1. Risco possível

A Companhia possui processos trabalhistas e cíveis nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Segue a composição das contingências possíveis da Companhia por natureza:

	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	2.239	1.494
Cíveis	1.426	2.412
Total	3.665	3.906

25.2. Ativo Contingencial

A CEB D possui um montante de R\$ 9.902, em 30 de setembro de 2017, em Ativos Contingenciais (Processos Judiciais) que surgiram de eventos passados e que poderão ser confirmados pela ocorrência de eventos futuros incertos, conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC nº 25.

26. Superávit de Baixa renda

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando administrativamente e judicialmente a obrigatoriedade desse passivo para a modicidade tarifária.

Segue a movimentação do Superávit de Baixa Renda para o período:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	140.322
Atualização no período	11.278
Reversão de atualização monetária	(53.969)
Nota Técnica nº 308/2017 - STG ANEEL	97.631
Transferência para Passivo Financeiro Setorial	(24.408)
Saldo final em 30 de setembro de 2017	170.854

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2017 é de R\$ 580.532, dividido em 580.532.450 (quinhentos e oitenta milhões, quinhentos e trinta e dois mil quatrocentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Companhia Energética de Brasília - CEB.

27.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

A CEB D tem Recursos destinados a Futuro Aumento de Capital no valor de R\$ 182.649 (R\$ 79.079 em 31 de dezembro de 2016) proveniente da Controladora CEB. Como mencionado na Nota Explicativa nº 35.2, o valor total dos AFACs foram integralizados no mês de outubro de 2017.

27.3. Prejuízo Acumulado

A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2017, prejuízos acumulados no valor de R\$ 185.737 (R\$ 257.386 em 31 de dezembro de 2016).

27.4. Outros Resultados Abrangentes

A Companhia possui Outros Resultados Abrangentes devido ao Déficit Atuarial com origem no Plano Previdencial de Benefício Definido – BD, administrado pela Fundação de Previdência de Empregados da CEB, no valor de R\$ 248.308 (R\$ 43.044 mil em 31 de dezembro de 2017).

28. Receita Operacional Líquida

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento de Energia Elétrica	785.345	782.986	2.442.900	2.478.815
Energia de Curto Prazo	67.683	35.958	218.112	209.703
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros	209.906	(126.159)	93.405	(273.672)
Receita de Construção	33.452	19.481	54.782	37.021
Aporte de Recursos da CDE	11.443	10.238	35.200	29.288
Receita de Prestação de Serviços	848	233	1.222	553
Disponibilidade do Sistema de Distribuição	6.104	5.129	17.415	16.619
Arrendamento e Aluguéis	7.814	6.400	23.189	20.054
Outras Receitas	872	669	2.335	1.740
Receita Operacional Bruta	1.123.467	734.935	2.888.560	2.520.121
Impostos	(260.574)	(227.824)	(757.490)	(741.966)
Encargos do Consumidor	(96.151)	(68.036)	(297.675)	(289.082)
Receita Operacional Líquida	766.742	439.075	1.833.395	1.489.073

29. Custo do Serviço com energia elétrica

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(418.915)	(312.289)	(1.047.643)	(897.328)
Energia Elétrica Comprada p/ revenda Curto Prazo	(74.423)	(21.125)	(153.621)	(196.102)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(72.158)	(32.228)	(133.517)	(114.582)
Total	(565.496)	(365.642)	(1.334.781)	(1.208.012)

30. Custo com Operação

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	(23.269)	(21.833)	(77.792)	(72.184)
Entidade de Previdência Privada	(1.326)	(1.308)	(4.072)	(3.423)
Material	(286)	(1.310)	(1.154)	(1.658)
Custo de Construção	(33.451)	(19.481)	(54.782)	(37.021)
Serviço de Terceiros	(8.932)	(9.863)	(32.013)	(30.277)
Depreciação e Amortização	(7.901)	(7.711)	(23.387)	(22.362)
Outros Custos	(340)	(1.988)	(1.171)	(2.506)
Total	(75.505)	(63.494)	(194.371)	(169.431)

31. Despesas operacionais

31.1. Despesas com Vendas

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	(5.477)	(5.260)	(16.903)	(16.545)
Entidade de Previdência Privada	(271)	(279)	(840)	(600)
Material	(48)	(51)	(127)	(105)
Serviço de Terceiros	(9.457)	(11.823)	(31.978)	(36.957)
Propaganda e Publicidade	(120)	(577)	(1.580)	(1.082)
Compensação a consumidores	(373)	(466)	(3.665)	(12.922)
Provisão(Reversão) Devedores Duvidosos	(4.581)	(17.378)	(16.041)	-
Perdas Dedutíveis - Lei 9.430/96	(21.511)	-	(58.450)	(22.149)
Receita de Recuperação de perdas	10.632,00	8.751,00	25.139,00	18.247,00
Outras Despesas com Vendas	(158)	(546)	(544)	(1.844)
Total	(31.364)	(27.629)	(104.989)	(73.957)

- a) A Estimativa de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa apresentou redução devido à reversão de perdas estimadas com Contas a Receber do Governo do Distrito Federal.

31.2. Despesas Gerais e Administrativas

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal e Administradores	(24.637)	(22.977)	(73.885)	(74.616)
Entidade de Previdência Privada	(391)	(411)	(1.235)	(1.474)
Material	(87)	(104)	(517)	(432)
Serviços de Terceiros	(10.299)	(13.197)	(34.062)	(33.125)
Depreciação e Amortização	(317)	(2.167)	(6.950)	(6.524)
Outras Despesas Gerais e Administrativas	(928)	(1.458)	(8.027)	(6.010)
Total	(36.659)	(40.314)	(124.676)	(122.181)

31.3. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Outras Receitas	9.702	40.047	68.649	118.099
Reversões contingências Cíveis e Trabalhistas	1.463	164	2.965	13.896
Reversões Provisão Assistencial	6.538	9.605	55.358	26.750
Reversão Provisões contingências regulatórias	468	-	1.351	7.182
Reversão Provisão Participação nos Resultados	-	-	-	10.325
Receita Ativo Financeiro - VNR	1.411	1.359	3.381	6.824
Baixa Obrigações Iluminação Pública (a)	-	-	-	26.609
Receita de Decisão Judicial	123	31.676	5.817	31.676
Outras Receitas	(238)	402	387	463
(-) Tributos sobre Outras Receitas(PIS e COFINS)	(63)	(3.159)	(610)	(5.626)
Outras Despesas	(11.005)	(16.843)	(38.750)	(51.826)
Provisões contingências Cíveis e Trabalhistas	(276)	(1.282)	(3.036)	(6.412)
Provisões contingências regulatórias	(4.265)	(1.658)	(6.504)	(5.917)
Provisão Plano Assistencial	(5.260)	(9.847)	(26.589)	(27.190)
Outras Provisões	(509)	(149)	(1.379)	(356)
Multa ANEEL	(186)	-	(507)	(6.083)
Perda na Desativação de Bens	(225)	-	(225)	-
Outras Despesas	(284)	(3.907)	(510)	(5.868)
Total	(1.303)	23.204	29.899	66.273

- a) O saldo apresentado se refere à baixa por prescrição da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.

32. Resultado Financeiro

	Período de 3 meses findo em		Período de 9 meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita Financeira	34.358	49.112	73.268	126.403
Acréscimo Moratório em Conta de Energia	8.310	8.162	25.345	23.285
Atualizações Monetárias	2.576	4.015	7.261	27.422
Variação cambial sobre a Fatura Elétrica	(2.246)	(188)	3.972	19.183
Multas e Penalidades Aplicadas	274	522	1.486	818
Rendimentos de Aplicações Financeiras	245	1.459	2.866	4.753
Atualização do Ativo Financeiro Setorial	25.629	35.531	34.222	54.128
Outras Receitas Financeiras	87	6	112	20
(-) Tributos sobre Receitas Financeiras (PIS e COFINS)	(517)	(395)	(1.996)	(3.206)
Despesas Financeiras	32.189	(53.460)	(49.355)	(148.770)
Encargos de Dívidas	(11.993)	(20.245)	(43.593)	(48.198)
Variação Cambial sobre Faturas de Energia	(384)	(39)	(2.990)	(3.922)
Atualizações Monetárias	(6.762)	(15.792)	(31.708)	(55.894)
Multas e Penalidades	(3.726)	(4.175)	(5.563)	(5.329)
Atualização do Passivo Financeiro Setorial	(17.430)	(10.640)	(31.746)	(29.637)
Recuperação de Despesas Financeiras	69.977	-	69.977	-
Outras Despesas Financeiras	2.507	(2.569)	(3.732)	(5.790)
Total	66.547	(4.348)	23.913	(22.367)

33. Transações com partes relacionadas

33.1. Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

Apresentamos a seguir o resumo da remuneração dos diretores/conselheiros:

	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	2.046	2.034
Demais Benefícios de curto prazo	103	54
Total	2.149	2.088

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

33.2. Composição e saldo das transações com partes relacionadas

	Item	30/09/2017	31/12/2016
Ativos da CEB Distribuição			
Créditos a receber do Governo do GDF	a)	116.099	110.815
Créditos a receber da Controladora Companhia Energética de Brasília-CEB	a)	113.495	108.934
Créditos a receber da empresa CEB Geração S.A.	a)	820	767
Créditos a receber da empresa CEB Participação S.A.	a)	137	116
Créditos a receber da empresa CEB Lajeado S.A.	a)	-	25
Créditos a receber da Terracap	a)	68	69
Créditos a receber do DFTRANS	a)	554	303
Créditos a receber da Câmara Legislativa do DF	a)	14	14
Créditos a receber da Câmara Legislativa do DF	a)	133	32
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CEB Geração S/A	e)	57	57
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Corumbá Concessões S/A	e)	401	401
Encargos de Uso da Rede Elétrica - Energética Corumbá III	e)	98	98
Companhia Energética de Brasília - CEB - GDF	g)	323	1.023
Passivo da CEB Distribuição		189.590	193.422
Fornecedor Suprimento - CEB Lajeado S.A.	c)	10.561	14.323
Fornecedor Suprimento - Corumbá Concessões S.A.	c)	14.523	18.896
Fornecedor Suprimento - Energética Corumbá III	c)	3.259	5.625
Contribuição Iluminação Pública - GDF	d)	160.615	154.579
Mútuo - CEB Holding	f)	585	-
Controladora CEB	g)	46	-
Resultado da CEB Distribuição		(8.343)	29.725
Energia comprada para revenda da CEB Lajeado S.A.	c)	(75.688)	(105.247)
Energia comprada para revenda da Corumbá Concessões S.A.	c)	(129.865)	(158.599)
Energia comprada para revenda da Energética Corumbá III	c)	(29.627)	(38.362)
Jurus Mútuo	g)	(333)	(287)
Receita de fornecimento de energia e serviços (GDF)	b)	326.135	327.889
Receita pela Disponibilidade da Rede - CEB Geração S/A	f)	408	466
Receita pela Disponibilidade da Rede - Corumbá Concessões S/A	f)	2.675	3.076
Receita pela Disponibilidade da Rede - Energética Corumbá III S/A	f)	692	790

- (a) A CEB Distribuição S.A. possui empregados cedidos a outras empresas do Grupo CEB e também a órgãos do Governo do Distrito Federal. As empresas e os órgãos beneficiários efetuam mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos à CEB Distribuição S.A. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais.
- (b) Fornecimento de energia elétrica ao GDF.
- (c) Contratos bilaterais de Suprimento de Energia com empresas do grupo, com prazos de vigência até 07/07/2035. As tarifas são homologadas e revisadas pelo órgão regulador para cada empresa/contrato.

- (d) A Contribuição de Iluminação Pública - CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A arrecadação da CIP é efetuada pela CEB Distribuição S.A. na fatura de consumo de energia elétrica dos consumidores.
- (e) As empresas CEB Geração S/A, Corumbá Concessões S/A e Energética Corumbá III tem acesso ao sistema de distribuição de energia elétrica da Companhia e pagam pelo uso do sistema através de tarifas regulamentadas pelo órgão regulador.
- (f) Contrato Mútuo 01/2016 entre a CEB Distribuição e a Controladora Companhia Energética de Brasília - CEB.
- (g) Ressarcimentos de custos na prestação de serviços conjuntos.

34. Seguros (Não revisados pela Auditoria Independente)

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, ferramentas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, operacionais, laboratórios e subestações de distribuição, componentes do Ativo Imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 31 de dezembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos, cujo custo do prêmio foi de R\$ 1.900 e a importância segurada de R\$ 175 milhões.

35. Conciliação do Fluxo de Caixa com o Lucro Líquido

	30/09/2017	30/09/2016
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	126.098	(41.020)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período	89.273	83.475
Depreciação e Amortização	(36.369)	(40.267)
Constituição/Reversão Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	(16.224)	18.293
Atualização e Encargos Empréstimos	1.109	3.476
Constituições de provisões	3.556	-
Atualizações CIP	2.844	14.219
Déficit/Superávit Planos de benefícios	189.207	(6.212)
Tributos Diferidos	(67.632)	103.615
Provisão Para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Regulatórios	9.401	(8.749)
Ajustes a Valor presente	3.381	-
Outras provisões	-	(900)
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais	(326.988)	205.179
Contas a Receber	(31.733)	17.651
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	37.706	(55.248)
Estoques	(393)	721
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(345.263)	286.807
Ativo Financeiro de Concessões	-	(8.235)
Créditos com empregados	-	(5.607)
Demais Créditos	12.695	(30.910)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais	225.051	(200.550)
Fornecedores	170.587	(119.003)
Obrigações Tributárias	49.358	(68.212)
Contribuição de Iluminação Pública	(55.542)	(53.682)
Encargos Regulatórios	(71.718)	55.388
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	(5.426)	14.956
Superávit Baixa Renda	(67.099)	12.621
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros	249.382	(49.139)
Benefícios Pós-Emprego	(29.213)	-
Obrigações Vinculadas a Concessão	(2.890)	10.389
Demais Obrigações	(12.388)	(3.868)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	113.434	47.084
Pagamento de Juros – Mútuo	(172)	-
Pagamento de Encargos da Dívida	(41.613)	(49.512)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	71.649	(2.428)

36. Eventos Subsequentes

36.1. Integralização de capital

A Companhia realizou integralização de capital, em 04 de outubro de 2017, na Reunião ordinária nº 613 da Diretoria, no valor de R\$ 182.649 e terá um capital de R\$ 763.181 mil dividido em 763.181.602 (setecentos e sessenta e três milhões, cento e oitenta e um mil seiscentos e dos) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas da propriedade da Companhia Energética de Brasília – CEB.

36.2. Empréstimos e Financiamentos

Em outubro de 2017, a Companhia concluiu sua primeira operação de financiamento no ano de 2017 junto ao Banco FIBRA. Foi contratado o valor de R\$ 60.000 a serem pagos, após carência de 6 meses, ao custo de captação de CDI+4,5% ao ano, durante 6 meses. Além disso, em 16 de outubro de 2017, foi concluída a segunda operação de financiamento no ano de 2017 junto ao Banco BBM. Foi contratado o valor de R\$ 80.000 a serem pagos, após carência de 12 meses, ao custo de captação de CDI+4% ao ano, durante 36 meses.

Brasília, 8 de novembro de 2017.

**Mauricio Alvares da Silva Velloso
Ferreira**
Diretor Geral

Raphael Ehlers dos Santos
Diretor de Gestão

Wagner Oliveira Gomes
Diretor Comercial

Mauro Martinelli Pereira
Diretor de Distribuição

Flazico Pereira de Castro
Diretor Financeiro

Hamilton Carlos Naves
Diretor de Regulação

Thiago Cavalcante Santos
Superintendente Contábil
Contador CRC/DF nº 022.977-O

Brás Kleyber Borges Teodoro
Gerente de Contabilidade
Contador CRC/GO nº 022.094-O